

RECURSO ESPECIAL Nº 1.826.393 - MT (2019/0204069-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : **EVALTON ROCHA DOS SANTOS JUNIOR**
ADVOGADO : **GUSTAVO VETTORATO - MT011001A**
RECORRIDO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADA : **LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão proferido pelo TJMT assim ementado (e-STJ fls. 614/615):

APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO – NULIDADE DA SENTENÇA POR FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO – NÃO CONFIGURAÇÃO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Não há que se falar em nulidade da sentença, por ausência de fundamentação, se a decisão proferida, mesmo que sucinta, encontra-se devidamente acompanhada de todas as razões que levaram ao magistrado singular a formar a sua convicção e se todas as questões de fato e de direito arguidas foram devidamente analisadas.

A sentença, para ser formalmente válida, deve conter relatório, fundamentação e dispositivo, nos termos do art. 489 do CPC.

Presentes todos esses requisitos e abordadas as questões relevantes para decisão não há que se falar em nulidade.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 635/644).

No recurso especial (e-STJ fls. 646/658), interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, o recorrente alega ofensa aos arts. 489, II, III, § 1º, II, III e IV, e 1.022, I, II, parágrafo único, I e II, do CPC/2015.

Sustenta que (e-STJ fl. 652):

[...] houve clara omissão do pedido final de reforma da sentença a quo, conforme está nos pedidos anteriormente transcritos, bem como estava no corpo das razões da Apelação e pedidos específicos (id 4375138). Mas, mesmo que considerassem improcedentes os pedidos principais de reforma, deveria ter observado pedido subsidiário expresso e devidamente fundamentado [...]

O recorrido não apresentou contrarrazões (e-STJ fl. 663).

O recurso foi admitido na origem (e-STJ fls. 664/665).

É o relatório.

Decido.

No presente caso, apesar da oposição de embargos declaratórios, o Tribunal de origem manteve a omissão a respeito de questão pertinente ao deslinde da causa, oportunamente suscitada pelo recorrente, qual seja, a análise dos pedidos de reforma da sentença.

É pacífico neste Tribunal o entendimento segundo o qual, não havendo apreciação dos declaratórios em relação a ponto relevante, impõe-se a anulação do acórdão recorrido para que o recurso seja novamente apreciado.

Nesse sentido, a título de exemplificação, os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC.

1. Se a Corte de origem deixou de examinar alegação do agravado que pode alterar substancialmente o resultado do julgamento, evidencia-se a violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, sendo necessário o retorno dos autos para que o Tribunal estadual supra a omissão.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.663.226/SP, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 22/3/2018, DJe 4/4/2018.)

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver no acórdão ou sentença, omissão, contrariedade ou obscuridade, nos termos do art. 535, I e II, do CPC/1973 (art. 1022 do atual CPC).

2. No caso em tela, verifica-se omissão do acórdão do Tribunal de origem quanto ao ponto principal da ação de indenização por dano moral, consistente na alegação de que houve retenção indevida da totalidade dos salários do recorrente pela instituição financeira por longo período de tempo, o que daria ensejo à reparação por dano moral.

3. Embargos de declaração acolhidos para, dando provimento ao recurso especial por afronta ao art. 535, II, do CPC/1.973, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que se manifeste acerca dos pontos omissos ventilados pelo recorrente.

(EDcl nos EDcl no AREsp n. 113.678/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/4/2018, DJe 20/4/2018.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA AUTORA.

1. Violação ao art. 535 do Código de Processo Civil/73 configurada. Acórdão estadual que não enfrentou todos os aspectos essenciais à resolução da controvérsia. Existência de ponto omissos relativamente à justificativa de não comparecimento em audiência de coleta de material genético, diante da falta de condições financeiras e de saúde para apresentar-se na comarca de domicílio da investigante, cuja elucidação mostra-se relevante para o deslinde da controvérsia, a qual gira em torno da presunção de paternidade.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 1.012.760/BA, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/4/2018, DJe 26/4/2018.)

Assim, constatada a omissão, os autos devem retornar ao Tribunal de origem, a fim de que seja avaliado o mérito do recurso de apelação.

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial, a fim de anular o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração (e-STJ fls. 635/644) e determinar o retorno dos autos à Corte de origem para exame da omissão apontada.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se e intímese.

Brasília-DF, 22 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator